



SUMÁRIO EXECUTIVO

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: ACESSO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS AOS PROGRAMAS DO MDS

Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF) /
Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da
Universidade Federal Fluminense (DataUFF)
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, março de 2009

Sumário Executivo

AValiação DIAGNÓstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do MDS

1. Apresentação

A “Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)” foi executada pela Fundação Euclides da Cunha/Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense – FEC/DataUFF, entre fevereiro de 2008 e março de 2009. A pesquisa foi contratada mediante licitação pública (Termo de Referência nº 40-9421/2007) e contou com a cooperação técnica internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, através do Projeto BRA/04/046 (Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS).

A pesquisa buscou avaliar, mapear e georreferenciar os equipamentos de assistência social básica e os serviços assistenciais ofertados pelos diferentes níveis de governo disponíveis às comunidades quilombolas, bem como verificar seu acesso aos programas, serviços e benefícios do Ministério. Além disso, investigou as características socioeconômicas das famílias, as percepções a respeito dos critérios de seleção e acessibilidade aos programas do MDS, valores e atitudes em relação a tais programas, tempo de permanência nos mesmos, como os programas são representados na perspectiva dos usuários e principais problemas em relação ao acesso aos programas sociais.

2. Metodologia

Foi realizado estudo qualitativo junto a 60 comunidades quilombolas, distribuídas em 57 municípios, abrangendo 22 estados nas cinco grandes regiões do Brasil. Para coleta dos dados, foram realizados 82 grupos focais, com beneficiários e não beneficiários de programas sociais, e 275 entrevistas em profundidade com os gestores federais, estaduais e municipais de políticas de assistência, com os beneficiários e não beneficiários de programas e com lideranças comunitárias. Este trabalho de coleta de dados foi realizado no período de abril a outubro de 2008.

As entrevistas em profundidade foram distribuídas da seguinte forma: 1 com representante do MDS; 64 com beneficiários de programas do MDS; 48 com não beneficiários de programas do MDS; 110 com lideranças comunitárias locais e 52 com representantes da gestão municipal da política de assistência. Já os grupos focais realizados com beneficiários e não beneficiários de programas sociais, foram assim distribuídos entre as regiões do país: 16 grupos na região Norte, 36 na região Nordeste, 7 na região Centro-Oeste, 8 na região Sul e 15 na região Sudeste.

3) Resultados

3.1. Situação encontrada nas comunidades quilombolas

3.1.1. Saúde

Um dos problemas mais ressaltados em todas as regiões foi referente à precariedade no atendimento à saúde. A inexistência de unidades de saúde em muitas comunidades, associada à cobertura limitada do Programa de Saúde da Família, restringe o acesso dos quilombolas aos serviços médicos, mesmo nos níveis mais elementares de atendimento. Essa ausência os leva a buscar o atendimento em lugares distantes e de difícil acesso, seja pelas condições ruins das estradas, seja pelo preço elevado dos meios de transporte disponíveis.

3.1.2. Educação

As limitações de acesso à educação são modeladas por diferentes fatores. Um deles é a inexistência de escolas em algumas comunidades (ou no seu entorno). Tal situação gera necessidades de deslocamento para outras comunidades, ou mesmo para a sede do município. Como a oferta de transporte coletivo e de transporte escolar gratuito é irregular, a chegada a esses lugares muitas vezes constitui tarefa complicada que envolve longas caminhadas e esperas. Outro fator observado é a oferta insuficiente de turmas do ensino médio, o que também força deslocamentos diários cansativos, ou mesmo a necessidade de mudança de jovens para a sede dos municípios.

O acesso às escolas não é garantia de obtenção de ensino de qualidade. Os dados disponíveis mostram que a educação, segundo a percepção dos entrevistados, à qual os quilombolas têm acesso é geralmente marcada por vários problemas, embora devamos lembrar que muitos deles refletem as condições gerais da educação brasileira: precariedade da estrutura física das escolas; despreparo dos professores; estrutura pedagógica inadequada; ausência de merenda escolar; número insuficiente de vagas; etc. Houve relatos de atos discriminatórios dentro das escolas em função da cor ou da raça, algo que não tem sido efetivamente combatido pelos gestores escolares.

3.1.3. Emprego e Renda

O desemprego é generalizado e o emprego, quando existente, é precário, caracterizado pelo baixo assalariamento, pela sazonalidade, pelo ganho por diária e pelas condições laborativas ruins. Muitas das comunidades estão situadas em áreas onde o emprego já é escasso, seja em função do baixo desenvolvimento econômico, seja em função da crescente mecanização da atividade agrícola.

Foram encontrados poucos casos de famílias que conseguem garantir renda de forma sustentada unicamente a partir da produção agrícola. Essa produção, em

geral, é para o autoconsumo e raramente há excedente para o mercado. Quando há excedente, a possibilidade de comercialização é limitada, seja pela distância das comunidades, seja pela pouca demanda local. Outro fator importante é a falta de terra apropriada para a atividade agrícola.

Os problemas causados pelo desemprego são vários, dentre eles a saída sistemática de jovens em busca de assalariamento e de acesso ao modo de vida urbano. Isso tem fortes implicações tanto para aqueles que saem quanto para a própria reprodução cultural das comunidades de origem.

3.1.4. Alimentação

A tendência mais forte é que a dieta das famílias seja composta por produtos que eles mesmos cultivam ou produzem nas comunidades – sejam os de origem vegetal ou de origem animal. Tanto o plantio quanto a criação de animais é irregular e, como consequência, o consumo alimentar também é bastante limitado e as possibilidades de variação do cardápio são reduzidas. Tal cardápio, na maior parte das comunidades, tem como elementos básicos o feijão, o arroz e a farinha. A isso se somam, ocasionalmente, verduras e frutas.

Um dado central diz respeito ao consumo irregular e baixo de carne, seja de aves ou bovina. Os fatores responsáveis por essa situação são: a) escassez de recursos financeiros para a aquisição de alimentos; b) distância entre os locais de moradia e os locais de compra e o custo de transporte; c) limites da produção agropecuária doméstica e comunitária e; d) dificuldades de armazenamento.

Foram identificadas situações de insegurança alimentar extrema, principalmente no Nordeste, caracterizadas pela incapacidade de aquisição de alimentos e dependência total de cestas de alimentos cuja implementação nem sempre tem sido regular.

3.1.5. Acesso a água

Foram reportadas dificuldades de acesso a água para o consumo doméstico, para o cultivo de vegetais e para a criação de animais – com mais ênfase na comunidades do Nordeste (vale ressaltar que entre as comunidades da amostra, mesmo quando situadas no semiárido, não estava implantada a ação de construção de cisternas para armazenamento de água).

Em relação às implicações da falta de acesso a água potável para o consumo doméstico destaca-se, em primeiro lugar, que ela pode forçar os quilombolas a um esforço físico muito grande quando do seu transporte. Em segundo lugar, quando nem mesmo esse esforço é capaz de solucionar o problema, eles são forçados a utilizar água que pode trazer sérios danos à saúde. A falta de acesso a água também inibe a produção doméstica que poderia ser uma fonte de renda e uma forma de enfrentar as limitações no campo da alimentação.

3.1.6. *Locomoção*

São grandes as dificuldades de locomoção entre os locais de moradia e as áreas circunvizinhas e a sedes dos municípios. Tais dificuldades são modeladas basicamente por dois fatores: a) estradas em condições muito precárias, intrafegáveis em períodos de chuva e; b) escassez e alto custo do transporte.

Além disso, as dificuldades de locomoção e transporte colocam-se como importantes obstáculos para o exercício de diferentes atividades, inclusive o acesso e usufruto dos programas sociais e a aquisição de gêneros alimentícios. Da mesma forma, o problema do transporte exerce um impacto negativo nos esforços de emancipação econômica e social das comunidades.

3.1.7. *Posse da terra*

A regularização fundiária foi outro problema citado na pesquisa, tendo implicações em diferentes planos. Um deles é o descontentamento com os órgãos federais, municipais e estaduais responsáveis pelas questões agrárias, associado a uma inquietante sensação de menos valia em função do tratamento dispensado por tais instituições. Tal descontentamento é associado aos demorados processos de titulação, muitos dos quais sem previsão de término, e com resultados que têm, muitas vezes, definido áreas demarcadas com extensão inferiores às expectativas das lideranças quilombolas, como foram os casos encontrados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

3.2. **Percepção das comunidades quanto aos programas sociais do MDS**

3.2.1. *CrITÉrios de acesso aos programas do MDS*

O grau de conhecimento dos moradores das comunidades sobre os critérios de acesso aos programas é, geralmente, parcial, fragmentado e, algumas vezes, inexistente. Esse desconhecimento pode ser associado à ausência de estratégias mais eficazes de divulgação de informação direcionada aos beneficiários atuais e potenciais. Alguns deles participaram de reuniões e receberam material informativo impresso. Mas isso, associado à ausência de uma estratégia continuada de difusão de informações, não foi efetivo no que tange à transmissão e fixação de conhecimentos no conjunto das comunidades pesquisadas. O conjunto das falas abaixo é ilustrativo da situação encontrada.

Entrevistador (E). E você sabe o que deve fazer para participar de algum programa social?

- Não sei.

E. Você sabe se tem alguma seleção para as pessoas participarem dos programas sociais?

- Também não sei.

(Membro de família beneficiária)

E. E você conhece as exigências para as pessoas participarem dos programas, por exemplo, do Bolsa Família?

- Não, não conheço.

(Liderança comunitária)

E. E para a pessoa começar a receber o dinheiro do Programa, vocês sabem se há algum critério?

- Acho que não.

E. Não?

- Como?

E. Tem algum critério para a pessoa começar a participar do Programa?

- Eu acho que não.

- Não.

- Eu não sei não.

(Grupo focal com beneficiários)

Ainda com relação à disponibilidade de informações, cabe destacar as dificuldades adicionais para acessar os programas não individuais (cesta de alimentos, hortas comunitárias e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, principalmente). Em relação a estes, as dificuldades de obtenção de informações são ainda maiores na medida em que são menos divulgados nos meios de comunicação e as lideranças e moradores em geral não sabem onde conseguir informações sobre os mesmos.

Os problemas de comunicação e transmissão de informação são, em geral, atribuídos pelos quilombolas ao poder público. Se considerarmos o programa mais conhecido nas comunidades, o Programa Bolsa Família (PBF), não se pode dizer que os moradores não tenham nenhuma informação sobre os critérios de acesso ao mesmo. O critério de renda é o mais referido. Mas trata-se de um conhecimento fragmentado posto que, geralmente, não conhecem os seus detalhes, notadamente o cálculo da renda per capita e o cálculo do valor a ser concedido para cada família. A situação de conhecimento relativo e fragmentado em relação aos critérios de acesso se repete no que tange às condicionalidades do PBF.

Há uma grande disposição dos beneficiários em cumprir com as condicionalidades. Isso pode ser atribuído à forte tendência entre eles em considerá-las adequadas, uma vez que estimulam práticas que são vistas como benéficas. No entanto, é na dificuldade de oferta de programas de saúde aos beneficiários que residem as maiores dificuldades de cumprimento das condicionalidades, o que incide principalmente sobre as consultas de pré-natal e o acompanhamento de saúde das crianças.

Os critérios de ingresso ao PBF também tendem a ser considerados mais adequados do que inadequados, o que pode ser atribuído ao reconhecimento das distinções

internas existentes entre as famílias, gerando situações diferenciadas de carência material. Também elaboram críticas ou sugestões para o aperfeiçoamento destes critérios, dentre as quais merecem destaque as seguintes:

- Não inclusão da renda dos idosos no cálculo da renda das famílias requerentes, posto que as despesas com medicamentos são muito elevadas neste grupo etário;
- Necessidade de que o Cadastro Único seja sensível o suficiente para captar a rápida dinâmica do emprego/desemprego e posse/não posse de renda na qual eles estão envolvidos (a chamada transitoriedade da renda);
- Que o cadastramento para programas sociais seja realizado sempre na comunidade;
- Revisão da renda per capita – considerada muito baixa, deixando de fora do PBF inúmeras pessoas em situação de óbvia pobreza;
- A pobreza generalizada das comunidades quilombolas faz alguns moradores apontarem que não deveria haver critério algum para o acesso ao PBF neste grupo;
- Aumento e correção dos valores monetários dos programas com base na correção do salário-mínimo.

3.2.2. Acesso aos Programas do MDS

A tendência é considerar mais difícil do que fácil o acesso aos programas, notadamente ao PBF, uma vez que é o programa que eles mais conhecem. São múltiplos os fatores que contribuem para a consolidação dessa percepção. Um deles é a demora entre o momento do cadastramento e o recebimento do cartão do benefício. Esse tempo pode demorar até três anos, como foi relatado por inúmeros participantes de grupos focais e entrevistados de todas as regiões. Essa demora na obtenção do resultado tem gerado insatisfação de muitas pessoas. Aliado a isso, soma-se um sentimento de injustiça por parte dos não selecionados e uma percepção do acesso como algo aleatório.

Outro problema abordado consiste no tratamento recebido pelos quilombolas quando do seu comparecimento aos órgãos de assistência social. Em geral, tendem a expressar uma opinião mais negativa do que positiva do tratamento recebido. Segundo muitos depoimentos, os servidores públicos são pouco atenciosos, inabilidosos, agressivos no trato com este público e incapazes de dar explicações e respostas às demandas colocadas.

- Eu acho que um dos lados é racismo mesmo. É discriminação, mesmo.
 - É porque eles têm raiva de nós... Nós aqui estamos muito enxergados...
 Aqui poucas pessoas é que vai com a nossa cara. Entende? Porque nós
 somos pobres, nascemos pobres.
 (Grupo focal com beneficiários)

E. Eles conseguiram explicar direito o que vocês tinham que fazer? O
 que estava acontecendo? Por que não estava chegando a Bolsa?
 - Isso aí eles não me explicaram não, porque o meu demorou um tempo
 e eles nunca me disseram o porquê.
 - A mim também não. Mês passado eu fui lá, e eles mandaram eu aguardar.
 “Aguarde”. Só que quando você chega lá é só mandar aguardar.
 (Membro de família não beneficiária)

- Às vezes tem programas que tem e não vem para cá. Tem algum
 projeto e eles não informam a nós aqui. Eu tenho certeza que nós
 como quilombolas temos muitos direitos e muitos desses nós nem
 temos conhecimento. E eu tenho certeza que a prefeitura tem esse
 conhecimento e não passa para a gente.
 (Liderança comunitária).

Alguns entrevistados relataram também que, frequentemente, ocorrem situações nas quais a família deixa de receber o benefício por ter ultrapassado a renda per capita mínima e, em seguida, um membro da família perde o trabalho ou a renda e, em consequência, passa a ter dificuldades para manutenção da subsistência do grupo doméstico. Nesses casos, até que seja possível receber novamente o benefício, a família fica sujeita a graves privações econômicas.

3.2.3. *Percepções e atitudes das comunidades face aos programas do MDS*

Os moradores das comunidades tendem a reconhecer que os programas sociais constituem um direito. Esse reconhecimento parte do raciocínio de que o que lhes confere o direito ao atendimento é o pagamento dos impostos, o fato de “também serem brasileiros”, ou ainda, que tal atendimento reflete um direito universal de acesso às condições básicas de existência. Muitos afirmam que essa percepção não é compartilhada pelos funcionários dos órgãos de assistência, os quais dispensam a eles tratamento desrespeitoso e mesmo preconceituoso frente à cor ou à raça dos moradores das comunidades quilombolas. A tendência mais forte em perceber tais programas como um direito é um capital importante que eles dispõem para continuar a demandar a ampliação do acesso e da cidadania como um todo.

E. Vocês acham que os programas sociais são direito dos moradores da comunidade ou um favor prestado a elas?

- Eu acho que é direito porque o que eu falo aqui os quilombolas, que aqui é quilombola né, acho que é direito pros quilombolas receber né, agora aí eu não sei.

- Eu acho que é um direito.

(Grupo focal com beneficiários)

Verificou-se certo grau de desconfiança na aproximação com os gestores municipais, alguns dos quais considerados pouco preocupados com as condições de vida dos quilombolas e com os problemas das comunidades. Além disso, mesmo quando se reconhece a existência de um clima de diálogo mais respeitoso no âmbito do executivo municipal, é notório o grau de dúvidas quanto à transição do mundo das promessas para o plano da materialização.

A expressão “o governo bota e eles ‘desbotam’ do mesmo lado”, proferida em um grupo focal, é ilustrativa quanto ao descompasso entre o que é divulgado como direito e como o acesso a esse direito ocorre na prática nos municípios. Mais especificamente, o morador em questão se referia à tensão entre os direitos e possibilidades de acesso aos programas sociais divulgados pela esfera federal e a dificuldade de operacionalização destes pelas prefeituras. No que diz respeito ao governo estadual, a tendência é de uma avaliação mais negativa feita pelos moradores ao tratarem do desempenho atual dos órgãos públicos estaduais ligados à área de assistência e à área da regularização fundiária.

Os moradores das comunidades quilombolas consideram os programas sociais incapazes de solucionar os seus inúmeros problemas. Não é difícil explicar as razões dessa percepção, pois os programas em questão não são suficientes – seja por sua cobertura ou por seu desenho – para incidir sobre todos os problemas que afetam a vida das comunidades quilombolas. Além disso, mesmo entre os beneficiários é recorrente o reconhecimento de que um maior impacto das ações do MDS demandaria um aumento do valor dos benefícios: uma percepção claramente presente em todas as regiões pesquisadas.

A percepção de que os programas sociais não conseguem resolver todos os problemas das comunidades não tem, contudo, um impacto sobre a demanda em relação aos programas. O que realmente vai impactar a demanda são as percepções relativas à gestão do PBF e de outros programas sociais, especificamente o despreparo de servidores públicos municipais para atender os quilombolas e a ausência de informações específicas sobre os benefícios e sobre o andamento das solicitações. Além disso, as dificuldades de deslocamento também constituem um fator inibidor da demanda. Assim, medidas voltadas para a ampliação da cobertura dos programas, em especial do PBF, não devem incidir apenas na ampliação das metas, mas também no saneamento de problemas no processo de implementação.

Em que pesem alguns comentários negativos, observou-se, entre os entrevistados

de todas as regiões, a tendência em qualificar positivamente o desempenho do governo federal no campo da assistência social, em geral, e no esforço de atender aos interesses dos quilombolas, em particular. Essa imagem é construída comparando-se o interesse atual do governo federal com os quilombolas em contraposição ao abandono por parte de administrações passadas ainda que, muitas vezes, se reconheça que o bom desempenho do governo se dê mais no campo das predisposições para atuar e dialogar do que na materialização de ações efetivas. Ainda sobre o governo federal, destaca-se a associação entre este e a figura do Presidente da República¹, visto de maneira geral como um indivíduo exemplar e singular no que tange à defesa dos interesses dos quilombolas.

3.2.4. Programas sociais: conhecimento e tempo de permanência

O conhecimento da existência dos programas não significa que eles estão sendo implementados nas comunidades, pois pode se tratar de um conhecimento adquirido em meios de comunicação ou de “ouvir falar”. Além disso, muitos dos entrevistados sabem que um programa existe, mas não sabem sequer quais os objetivos do mesmo.

Quase não foram identificadas referências ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Embora os representantes das secretarias municipais de assistência social se refiram à existência deste benefício, os moradores dificilmente o reconhecem, nem mesmo quando tentamos explicar suas especificidades, diferenciando-o da aposentadoria. Isso, considerando-se o perfil socioeconômico das comunidades e a presença de muitos idosos nelas, deve ser objeto de preocupação. Foram localizadas poucas famílias com beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), para além de algumas comunidades no Nordeste. Vale ressaltar também que na amostra das comunidades do Nordeste não foi encontrada nenhuma comunidade onde a ação de cisternas estivesse implantada.

Dos programas mencionados, o PBF é o mais conhecido, assim como o que os quilombolas mais se beneficiam. A distribuição de cestas de alimentos é considerada bastante relevante pelos entrevistados, devido ao aporte de insumos alimentares que proporciona e a consequente garantia de parte da alimentação necessária ao núcleo familiar. Contudo, em todas as regiões, os problemas de operacionalização e descontinuidade são muitos, o que termina reduzindo os seus impactos desejados.

1 À época, Luís Inácio Lula da Silva.

E. A Cesta não chega com regularidade?

- Não! Acho que é por aí.

- A cesta assim, além, todo mundo sabe que chega, demora a vim, e são poucos né, porque quando eles montam, tipo assim: ah, oitenta cesta pra dois meses, claro que algumas pessoas, eu não faço parte, mas é muito pouco, muito pouco, porque demora muito, se fosse uma coisa que viesse todo mês certinho, daria até pra fazer uma base né. Teve uma época que tava quase três meses ou mais. Às vezes venho aqui, não tem ninguém aqui porque ninguém sabe que a cesta está vindo, tem que procurar gente pra descarregar o caminhão, porque não é uma coisa que vem todo mês, e é pouco também e aqui são quase duzentas, trezentas famílias quilombolas... então é muito grande, então eles fazem uma peneira pra poder dar conta de todas famílias.

(Grupo focal com beneficiários)

Quanto ao tempo de permanência nos programas, em função das características socioeconômicas das comunidades e das questões de implementação, é possível supor que a permanência tende a ser por tempo indeterminado, geralmente o maior possível, após o ingresso em qualquer um dos programas do MDS. É relevante destacar que isso decorre mais em função das limitações socioeconômicas do que de um desejo explícito por parte dos beneficiários, pois apareceram muitas referências à inclusão produtiva como uma solução mais efetiva para os problemas das comunidades. Assim, expressões como “ensinar a pescar” aparecem nas entrevistas e grupos focais quando se apontam os benefícios advindos dos programas sociais, indicando o desejo dos membros das comunidades de que tais programas sejam capazes de gerar maior autonomia.

3.2.5. Problemas de acesso das comunidades aos programas sociais

Neste ponto destacam-se duas situações: a primeira delas diz respeito aos programas e projetos que envolvem toda uma comunidade ou pelo menos parte dela (como a Cesta de Alimentos, a Horta Comunitária e o PAA). Em relação a esses programas, os problemas de acesso identificados dizem respeito às dificuldades em se obter informações, em especial sobre os prazos de apresentação de solicitações e tramitação dos processos para liberação de recursos.

E. O que você acha desses programas, vamos começar pelo PAA o que você acha do PAA?

- Olhe eu achei que o PAA é muito enrolado.

E. Muito enrolado como?

- Enrolado por causa que... tá nas pessoas que faz o papel, por que nós por enquanto não consegue fazer né, fizeram já vai fazer quase um ano e meio que fizeram, agora que pegaram o mantimento que a gente plantou, colheu e passou pra eles, e nem sei que dia que eles vão nos pagar, então tá enrolado na hora do pagamento que a nossa parte tá

limpa.

E. Certo, enrolado porque tem burocracia?

- Isso

(Liderança comunitária)

Também foram identificados problemas relativos aos requisitos necessários à inclusão das comunidades nesses programas e ações, como elaboração de projetos, levantamento de informações sobre os participantes e atendimento aos pré-requisitos legais por parte da associação. Nas comunidades onde não há o recebimento das cestas, as lideranças, bem como as famílias, não têm informações de como obter o acesso ou mesmo como pleitear sua inclusão.

Já os problemas que inviabilizam ou dificultam o acesso individual são, como visto anteriormente, bastante frequentes e de diferentes tipos, tais como: dificuldades para se deslocar até os locais de cadastramento; baixa qualidade do atendimento nos órgãos públicos e falta de informações sobre o acesso aos programas sociais. Por fim, cabe destacar a descontinuidade ou ausência de certos programas em determinados municípios.

3. Recomendações

Os resultados desta avaliação diagnóstica apontaram para a necessidade de avançar no estímulo à produção de estudos sobre as comunidades quilombolas. Alguns trabalhos tomam tais comunidades como objeto, mas eles ainda são insuficientes para se ter um diagnóstico preciso da realidade socioeconômica e política das comunidades. Tais estudos são absolutamente fundamentais para que sejam geradas e/ou adaptadas políticas e programas sociais com desenho mais adequado às características das comunidades.

Além disso, sugere-se a adoção de nova metodologia para o cálculo do Índice Gestão Descentralizada (IGD) dos municípios, de modo a aumentar o valor recebido pelos que conseguirem atingir uma meta de inclusão de quilombolas. Paralelamente, há necessidade de se institucionalizar de modo mais integrado os programas assistenciais dirigidos às populações quilombolas com as demais ações sociais, notadamente aquelas que permitam a elevação do nível de educação. Merece especial atenção o modo como programas assistenciais dirigidos às populações quilombolas se inserem no quadro mais geral do sistema de proteção social brasileiro.

O estudo indicou a urgência da implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombolas e por consequência, do Programa de

Atenção Integral à Família (PAIF²) na área das comunidades. Devem ser criados estímulos concretos para que as prefeituras solicitem o cofinanciamento federal para a implantação destes equipamentos e serviços. Nesse sentido, deveriam ser criados mecanismos concretos de estímulo às prefeituras para que realizem os necessários e urgentes processos de busca ativa de potenciais beneficiários do BPC entre os moradores das comunidades quilombolas.

Também foi sugerida a adoção de estímulos concretos para que as prefeituras levem até as comunidades quilombolas o PETI e o Projovem Adolescente, pois os atuais requisitos para a adesão dos municípios redundam somente em uma situação na qual estes programas raramente alcançam tal população.

Quanto à inclusão produtiva e segurança alimentar, a pesquisa indicou a premência de se expandir a distribuição de cestas de alimentos com a devida correção dos problemas de regularidade e operacionalização. Também sugeriu a complementaridade entre a cesta e o PBF e a expansão da presença do PAA nas comunidades quilombolas.

2 O PAIF passou, após a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* publicada em novembro de 2009 – e, portanto, após a realização desta pesquisa –, a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, porém manteve-se a sigla PAIF.

Ficha Técnica

Execução da pesquisa

Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF) / Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF)

Coordenador geral

André Augusto Brandão Pereira

Pesquisadores

Salete da Dalt

César Augusto da Silva

Marco Aurélio Oliveira de Alcântara

Unidades Responsáveis

Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

Laura da Veiga

Diretora de Avaliação e Monitoramento

Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer

Coordenadora-Geral de Avaliação e Monitoramento e Execução de Impacto

Junia Valeria Quiroga da Cunha

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Pedro Antônio Bavaresco

Patricia Trindade Maranhão Costa

Cristiane dos Santos Pereira

Colaboradores no acompanhamento da pesquisa

Aderval Costa Filho - Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP)

Otília Carvalho - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)

Edição e diagramação deste sumário executivo

Revisão

Júlio César Borges

Alexandro Rodrigues Pinto

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Fotografia da Capa

ASCOM/SEPIR

Diagramação

Tarcísio Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi